

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sendo ainda afixadas na Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas (URHRP).

13.2 — São prestadas informações pelo telefone 218644888 (linha de concursos), no seguinte horário: das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30.

14 — Formalização das candidaturas:

As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Director Nacional da Polícia Judiciária e entregue na Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas (URHRP), Largo do Andaluz, n.º 17, 1050-004 Lisboa, pessoalmente, contra recibo, ou remetido pelo correio registado e com aviso de recepção.

14.1 — O requerimento deve ser apresentado em papel normalizado (branco ou de cor pálida, de formato A4), conforme a minuta seguinte:

Exmo. Senhor  
Director Nacional da Polícia Judiciária

Procedimento concursal interno de ingresso para preenchimento de 16 postos de trabalho a distribuir pelas diversas unidades da área de Lisboa, do mapa de pessoal da Polícia Judiciária, da carreira de especialista auxiliar.

Nome: ...  
Morada e código postal: ...  
Telefone: ...  
Data de Nascimento: ...  
Categoria: ...  
Local de trabalho: ...

Requer a V.ª Ex.ª se digne admiti-lo(a) ao procedimento concursal interno de ingresso para preenchimento de 16 postos de trabalho do mapa de pessoal da Polícia Judiciária, da carreira de especialista auxiliar, aberto por aviso publicado no número ... da 2.ª série do *Diário da República* de .../.../...

Local e data.  
Pede deferimento  
(Assinatura)

14.2 — Qualquer alteração à morada, ocorrida durante o período de desenvolvimento do procedimento concursal, deve ser imediatamente comunicada à URHRP, Sector de Recrutamento.

14.3 — Os requerimentos de admissão ao procedimento deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

- a) Certificado de habilitações literárias exigidas (por fotocópia simples), com menção da classificação final;
- b) Carta de condução (por fotocópia);
- c) Declaração, devidamente actualizada, emitida pelo serviço de origem, da qual constem, de forma inequívoca, a existência e natureza da relação jurídica de emprego público (vínculo), a categoria detida, a antiguidade na mesma e na carreira e na função pública;

14.4 — A não entrega dos documentos exigidos no número anterior do presente aviso, dentro do prazo para recepção das candidaturas, implica a exclusão do procedimento concursal.

14.5 — Em caso de dúvida assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos a apresentação de documentação comprovativa das suas declarações.

14.6 — Para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a apresentação ou a entrega de documento falso implica a participação à entidade competente para procedimento disciplinar e penal, conforme os casos.

15 — Política de igualdade:

Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

16 — Constituição do júri:

Presidente: João António Prata Augusto, Chefe de Área;  
Vogais efectivos: Maria Isabel Ramos Afonso, Chefe de Sector;  
Maria Antonieta Silva de Oliveira Hipólito, Chefe de Sector;  
Vogais suplentes: Maria Manuel Marques Oliveira, Chefe de Núcleo;  
Ana Paula Coelho Ferreira Dias, Especialista.

O Presidente do Júri é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

18 de Outubro de 2010. — O Director Nacional-Adjunto, *Pedro do Carmo*.

203823713

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Instituto da Mobilidade e dos Transportes  
Terrestres, I. P.

Aviso n.º 21307/2010

**Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P./Direcção Regional de Mobilidade e Transportes de Lisboa e Vale do Tejo.**

De harmonia com o estipulado no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e após homologação, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados e excluídos no procedimento concursal comum, aberto pelo Aviso n.º 7160/2010, publicado no DR, n.º 69, 2.ª série, de 9 de Abril.

### Lista unitária de ordenação final dos candidatos

Aprovados	Classificação final (valores)
Maria Gabriela da Silva Conceição Baeta Neves . . . . .	14,18
Excluídos	Motivo
Ana Isabel Boal de Faria . . . . .	(a)
Rosa Maria de Andrade Branco de Sá Gomes . . . . .	(b)

(a) Faltou à Entrevista Profissional de Selecção.

(b) Excluída, nos termos do n.º 13, do artigo 18.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

Lisboa, 27 de Setembro de 2010. — O Vogal, *Jorge Baptista e Silva* (presidente do IMTT, I. P., nos termos do artigo 15.º do C. P. A.).

203823746

### Aviso n.º 21308/2010

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se público que, precedendo procedimento concursal comum para frequência do curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP-10.ª edição 2009-2010), para técnico superior, e respectiva aprovação, procedeu-se à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 76.º do RCTFP, conjugado com o n.º 2 da cláusula 6.ª do Acordo colectivo de trabalho n.º 1/2009, de 28 de Setembro e Regulamento de extensão n.º 1-A, de 2 de Março, para a carreira e categoria de técnico superior, com a trabalhadora Cristina Sofia Pires Bento auferindo a remuneração base, correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única, com efeitos a 01 de Setembro de 2010, data em que a trabalhadora iniciou a sua actividade.

Foi designado o seguinte júri para acompanhar o período experimental:

Presidente:

Arquitecta Maria Isabel de Albuquerque Carvalho Seabra, Directora do Gabinete de Planeamento, Inovação e Avaliação

Vogais efectivos:

Dr.ª Helena Catarina Mota Ferreira Tavares Marcelino, técnica superior

Dr.ª Maria Dulce Garcia Andrade dos Santos, técnica superior

15 de Outubro de 2010. — O Vogal, *Jorge Batista e Silva*, presidente do IMTT, nos termos do artigo 15.º do CPA.

203823698